

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.038 - PR (2020/0005765-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA - PR013037
DENIZE HEUKO - PR030356
AGRAVADO : PAULO ROBERTO ERHARDT
ADVOGADOS : FLÁVIO AUGUSTO DE ANDRADE - PR045723
JONAS RODRIGUES - PR046245

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por BANCO BRADESCO S/A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO QUE ACOLHE EM PARTE IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS FORMULADA PELO EXEQUENTE - IRRESIGNAÇÃO NULIDADE DA DECISÃO - DEVER DE MOTIVAÇÃO DECORRENTE DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - ARTS 5 LIV E LV ART 93 IX CF/88 - DECISÃO COM FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE E ADEQUADA - OBSERVÂNCIA AO ART 489 DO CPC/2015 - ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA DEVIDAMENTE EXERCIDO PELA PARTE - D MAGISTRADO QUE ANALISOU E PONDEROU AS MANIFESTAÇÕES COM DECISÕES DE MÉRITO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS - TESE REJEITADA CÁLCULOS PERICIAIS- INCLUSÃO IRREGULAR DE ENCARGOS A TÍTULO DE SEGURO E PREVIDÊNCIA - INOCORRÊNCIA - SENTENÇA EXEQUENDA QUE DETERMINOU DE FORMA EXPRESSA A DEVOLUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS ANTE A AUSÊNCIA DE PROVA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA - DEVOLUÇÃO DE VALORES DENOMINADOS DE SEGURO QUE ALIÁS JÁ FORAM DECIDIDAS PELO JUÍZO DA LIQUIDAÇÃO - PRECLUSÃO - QUESTÃO PENDENTE QUE SE REFERE APENAS ACERCA DA DEVOLUÇÃO DE VALORES COBRADOS EM DECORRÊNCIA DE PREVIDÊNCIA - OBSERVÂNCIA DA COISA JULGADA - ARTS 502 503 505 508 DO CPC - MAGISTRADO A QUO QUE DETERMINOU AO PERITO A EXCLUSÃO DE VALORES QUE FORAM EFETIVAMENTE UTILIZADOS PELA PARTE - ÓBICE AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - ALEGADA OFENSA A SEGURANÇA JURÍDICA QUE DE IGUAL FORMA NÃO RESTOU CONSTATADA - DECISÃO QUE DEVE SER MANTIDA NA ÍNTEGRA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 494, I, do Código de Processo Civil; e art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, no que concerne à violação à coisa julgada e ao cerceamento de defesa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso analisado, o afastamento das alegações da parte, calcada na suposta preclusão, acarreta cerceamento de defesa à parte apresentante e, consequentemente, violação ao devido processo legal e à ampla defesa, todos indicados como matéria constitucional (artigo 52, LIV e LV), mas que reverberam efeitos nos dispositivos e regras infraconstitucionais, como no caso analisado. (fls. 107).

[...]

Evidencia-se o equívoco cometido no laudo pericial, imperando a necessidade de reforma do julgado que homologou o mesmo, bem como a possibilidade de reforma do Acórdão exarado anteriormente, ora vergastado, pois não levou em conta a afronta cometida, possibilitando a correção esperada, inclusive por meio da incidência dos artigos legais invocados no caput do tópico em observação (fls. 110).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega novamente violação do 494, I, do CPC, no que concerne à possibilidade de reconhecimento de ofício das alegações traçadas no agravo interposto na origem, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Possível observar, portanto, que as alegações traçadas no Agravo de Instrumento compreendem Matéria de Ordem Pública que poderia ser reconhecida de ofício pelos Magistrados, não sendo aplicada qualquer tipo de preclusão, como fez o Acórdão, evidenciando afronta, pelos cálculos do perito, à coisa julgada. Assim é que restaria aplicada a sistemática exposta no artigo 463, inciso 1 do Código de Processo Civil/73 (Artigo 494, inciso I do NCPC) diante da gravidade e disparidade extensa entre os cálculos das partes (fls. 115).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 489, § 1º, do CPC, aduzindo que o acórdão se limita a repetir julgados anteriores, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ainda, importante salientar que o Acórdão ora indicado apenas faz breve repetições daquilo que foi anteriormente julgado, literalmente

copiando a outra decisão.

Referida situação enseja a aplicação do artigo 489, §1º, especialmente incisos IV e VI do NCPC, o qual salienta que: [...] (fl. 115).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Dos Cálculos Periciais

No mérito, alega o Agravante que a decisão ofende a coisa julgada ao incluir nos cálculos da perícia os lançamentos a título de previdência e seguro, que foram afastados pela decisão de mov. 52.1.

Sem razão, contudo.

Da análise da decisão proferida no mov. 52.1, observa-se que restou expressamente consignado que os valores cobrados a título de seguros são indevidos e devem ser restituídos ao autor.

[...]

Sobre isso nada há para ser reformado, eis que a discussão relacionada a cobrança de encargos intitulados de “seguro” está, há muito tempo, preclusa nos autos.

Conforme delineado pelo magistrado, a sentença exequenda (mov. 1.54), ao julgar a questão de cobrança indevida de encargos, delimitou que todos os lançamentos sem prova de prévia contratação deveriam ser devolvidos ao autor. .

[...]

ê-se, portanto, que as questões postas a este Juízo já foram definidas em sentença transitada em julgado e, inclusive, delimitadas pelo Juízo de liquidação na decisão de mov. 52.1, não podendo o Banco executado se insurgir, novamente, por meio de teses já decidida nos autos. (fls. 88/89).

Assim, quanto à **primeira controvérsia**, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos

EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, em relação à alegada ofensa dos art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt nos EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relator Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Quanto à **segunda e terceira controvérsias**, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente